

SUMÁRIO

Agradecimentos	II
Introdução	15
A Respeito das Controvérsias	33
CAPÍTULO 1	41
Aviso: Nem Todos os Métodos e Categorias Bíblico-Teológicos São Esclarecedores	
CAPÍTULO 2	49
O Relacionamento entre a Aliança e a Figura do Tribunal de Justiça para a Justificação	
CAPÍTULO 3	71
A Dinâmica do Tribunal de Justiça para a Justificação e o Significado da Justiça de Deus	
CAPÍTULO 4	89
A Dinâmica do Tribunal de Justiça para a Justificação e a Necessidade de uma Verdadeira Justiça Moral	
CAPÍTULO 5	99
A Justificação e o Evangelho: Quando o Senhorio de Jesus Significa Boas Novas?	
CAPÍTULO 6	III
A Justificação e o Evangelho: A Justificação Determina a Nossa Posição Diante de Deus?	
CAPÍTULO 7	123
O Lugar das Nossas Obras na Justificação	
CAPÍTULO 8	141
Wright Diz com Palavras Diferentes Aquilo que a Tradição Reformada Quer Dizer por “Justiça Imputada”?	

CAPÍTULO 9	159
Há uma Continuidade Estrutural de Paulo com o Judaísmo do Segundo Templo?	
CAPÍTULO 10	173
As Implicações da Raiz Única dos “Distintivos Étnicos” e do “Moralismo de Autoajuda” para a Justificação	
CAPÍTULO 11	193
“Para que, Nele, Fôssemos Feitos Justiça de Deus”	
CONCLUSÃO	215
UMA NOTA SOBRE O PROPÓSITO DOS APÊNDICES	225
APÊNDICE UM	227
O Que Significa que Israel não “Atingiu a Lei” Porque “Não Decorreu da Fé, e Sim Como que das Obras”?	
APÊNDICE DOIS	233
Considerações Sobre Lei e Fé em Gálatas 3	
APÊNDICE TRÊS	239
Considerações Sobre Gálatas 5.6 e o Relacionamento Entre Fé e Amor	
APÊNDICE QUATRO	243
O Uso Legítimo da Lei: considerações sobre I Timóteo 1.5-11	
APÊNDICE CINCO	247
A Doutrina da Imputação da Justiça de Cristo Implica Insuficiência da Cruz para Gozarmos de uma Posição Correta Diante de Deus?	
APÊNDICE SEIS	253
Doze Teses Sobre o Significado de Cumprir a Lei, Com Referência Especial a Romanos 8.4	
Obras de N. T. Wright Citadas Neste Livro	265

AGRADECIMENTOS

ESTE É O ANO em que meu pai morreu (2007). Quem é capaz de avaliar a nossa dívida para com nossos pais? Bill Piper pregou o evangelho da graça por mais de setenta anos, se contar os cânticos e testemunhos na casa de saúde . Ele era um evangelista – do tipo sulista tradicionalista, independente e fundamentalista , mas sem a atitude típica . Em minhas lembranças, ele continua sendo o homem mais feliz que já conheci.

No último período do seu ministério, um dos seus sermões favoritos e que deram mais fruto foi chamado de “Graça para o Culpado”. Mesmo hoje, ao lê-lo, compreendo novamente a razão pela qual, depois de Deus, meu pai deve receber o primeiro reconhecimento no início deste livro. O grande sermão aproxima-se do fim com estas simples palavras: “Deus o veste com a justiça dele quando você crê, dando-lhe uma vestimenta que o deixa apto para o céu”. Todos nós sabemos o que ele quis dizer. Ele foi um amante das velhas verdades, grandes, profundas e cheias de poder. Ele as brandiu no poder do Espírito para ver milhares – ousou dizer dezenas de milhares – de pessoas profundamente convertidas. Para meu pai, o evangelho de Cristo incluía as novas de que existe uma justiça – uma perfeita obediência de Jesus Cristo – que é oferecida livremente a todos por meio somente da fé. E quando a fé é concedida, essa justiça é imputada ao crente definitivamente. Junto ao sangue perdoador de Jesus, essa é a nossa esperança. A partir do momento em que cremos até o último dia da eternidade, Deus é cem por cento por nós, tendo este único fundamento – o castigo de Cristo, que carregou nossos pecados, e a sua obediência, que nos provê justiça. Isto meu pai pregou e cantou, e eu cri com alegria.

*Oh, que os mortos ouçam Tua voz,
Faze agora teus banidos se regozijarem;
Que seja esta a beleza deles, e seu traje glorioso,
Jesus, teu sangue e justiça.¹*

Este livro teve origem nas inúmeras conversas e e-mails com aqueles que estão deixando escapar esse grande evangelho. Isso tem se mostrado um fardo tremendo para minha alma nos últimos dez anos. Mas eu dou graças a Deus por isso. E agradeço a ele por qualquer clareza, fé, adoração e obediência que possa fluir deste empenho.

O livro começou a tomar forma enquanto eu gozava o ano sabático na primavera e verão de 2006, na Tyndale House, em Cambridge, Inglaterra. É um local bem produtivo para se estudar, escrever e interagir com eruditos zelosos. O livro tomou sua forma final durante uma licença de um mês que tirei para escrever, em maio de 2007. Sem o apoio do Conselho de Presbíteros da Igreja Batista Bethlehem, eu não conseguiria realizar esta obra. Escrevo estas palavras de gratidão no primeiro dia do meu vigésimo oitavo ano como pastor dessa igreja, e o meu coração está cheio de gratidão por um povo que ama as grandes verdades do evangelho e que me libera para estudar, escrever e pregar essas verdades.

Meus assistentes David Mathis e Nathan Miller também foram indispensáveis. Lendo várias vezes o manuscrito, fazendo sugestões, descobrindo recursos, buscando citações, conferindo referências e retirando dezenas de fardos práticos dos meus ombros, eles tornaram esta obra possível.

Mais do que qualquer outro livro que eu tenha escrito, este foi avaliado e comentado por estudiosos bem sérios. Para o primeiro rascunho, eu recebi de volta a avaliação de Michael Bird, Ardel Caneday, Andrew Cowan, James Hamilton, Burk Parsons, Matt Perman, Joseph Rigney, Thomas Schreiner, Justin Taylor, Brian Vickers e Doug Wilson. Mais importante de todos foi o retorno que tive de N. T. Wright. Ele escreveu uma resposta de 11.000 palavras para o meu primeiro rascunho, que foi muito útil para esclarecer

1. John Wesley, "Jesus, Thy Blood and Righteousness".

pontos de discussão e (espero) evitar distorções. O livro tem o dobro do tamanho que tinha antes de toda essa avaliação chegar. E se não é um livro melhor agora, a culpa é minha, e não dessas pessoas.

Mais uma vez, obrigado a Carol Steinbach e sua equipe, por providenciarem os índices. A única pessoa além de Carol que tem participado mais diretamente da produção dos meus livros é minha esposa Noël. Nenhuma obra deste tipo seria possível sem o apoio dela.

Como de costume, foi uma parceria profundamente prazerosa trabalhar com Justin Taylor, Ted Griffin, Lane Dennis e a toda equipe da Crossway Books.

Não posso deixar de mencionar que, além do meu pai, há outros “pais” que moldaram o meu entendimento da doutrina da justificação. Martinho Lutero, João Calvino, John Owen, Jonathan Edwards, Daniel Fuller, George Ladd, John Murray, Leon Morris – não que eu tenha concordado com eles em todos os pontos, mas aprendi muito com eles. Eu ficaria feliz se alguém dissesse sobre este livro o que John Erskine disse em 1792 sobre o livro de Solomon Stoddard, *The Safety of Appearing at the Day of Judgment, in the Righteousness of Christ* (A Segurança de Comparecer no Dia do Juízo com a Justiça de Cristo): “A tendência geral desse livro é mostrar que a nossa pretensão do perdão dos pecados e da aceitação por Deus não está alicerçada em qualquer coisa feita em nós, ou realizada por nós, mas somente na justiça de Cristo”.²

2. Solomon Stoddard, *The Safety of Appearing at the Day of Judgment, in the Righteousness of Christ* (Morgan, PA: Soli Deo Gloria Publications, 1995, orig. 1687), vii.



INTRODUÇÃO

O JUÍZO FINAL parece perto demais de mim para que eu me preocupe em ganhar pontos em um debate. Aos sessenta e poucos anos, as nuvens do tempo estão clareando, e a perspectiva de desperdiçar o restante da minha vida jogando sujo ou diminuindo os outros para parecer melhor que eles é cada vez mais algo inconcebível. A necessidade egoísta de estar certo perdeu seu domínio, e o desejo silencioso de ser um mordomo fiel da graça da verdade aumenta. N. T. Wright é cerca de três anos mais novo que eu, e presumo que ele tenha o mesmo sentimento.

O Senhor Jesus ressurreto vê além de todas as nossas frases eloquentes - estou pregando para mim mesmo. Ele sabe perfeitamente quando escolhermos palavras para vencer, e não para esclarecer. Ele fincou uma bandeira no púlpito de cada pregador e na escrivania de cada erudito: “Ninguém pode passar a impressão de que é esperto e de que Cristo é poderoso para salvar”¹. Em poucos anos – ou dias – prestaremos contas ao Senhor do universo, que tudo sabe e governa. E quando o fizermos, o que importará é que não negociamos a Palavra de Deus, mas “em Cristo falamos na presença de Deus, com sinceridade e da parte do próprio Deus” (2 Co 2.17).

O CHEIRO DE MORTE PARA MORTE E DE VIDA PARA VIDA

Aqueles de nós que foram ordenados pela igreja ao ministério cristão têm uma responsabilidade especial de alimentar o rebanho (Jo 21.17). Fomos feitos “bispos, para pastorearmos a igreja de Deus,

¹ Essas palavras são de James Denney, citadas em John Stott, *Between Two Worlds: The Art of Preaching in the Twentieth Century* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1982), p. 325.

a qual Ele comprou com o Seu próprio sangue” (Atos 20.28). Levamos o fardo de sermos não somente mestres, que serão julgados “com maior juízo” (Tiago 3.1), mas também exemplos no modo de viver, de forma que o nosso povo possa “considerar atentamente o fim da (nossa) vida, e imitar a (nossa) fé” (Hb 13.7). O apóstolo Paulo nos encarrega: “tem cuidado de ti mesmo e da doutrina” (1 Tm 4.16). Somos “ministros de Cristo e despenseiros dos mistérios de Deus. Ora, além disso, o que se requer dos despenseiros é que cada um seja encontrado fiel” (1 Co 4.1-2) – fiel na *vida*, “corretamente segundo a verdade do evangelho” (Gl 2.14), e fiel na *doutrina*, “maneja bem a palavra da verdade” (2 Tm 2.15).

A seriedade do nosso chamado vem da grandeza daquilo que está em jogo. Se não alimentarmos o rebanho aos nossos cuidados com “todo o desígnio de Deus”, seu sangue estará em nossas mãos. “Eu estou limpo do sangue de todos; porque jamais deixei de vos anunciar todo o desígnio de Deus” (Atos 20.26,27). Se não equiparmos os santos vivendo de uma maneira que exalte a Cristo e ensinando o que está de acordo com o evangelho, será cobrado de nós se o nosso povo for “como meninos, agitados de um lado para outro e levados ao redor por todo vento de doutrina” (Ef 4.12,14).

Mais importante ainda, a vida eterna está em jogo: “Porque nós somos para com Deus o bom perfume de Cristo, tanto nos que são salvos como nos que se perdem. Para com estes, cheiro de morte para morte; para com aqueles, aroma de vida para vida. Quem, porém, é suficiente para estas coisas?” (2 Co 2.15-16). Como vivemos e o que ensinamos farão diferença para as pessoas – se obedecerão ao evangelho ou encontrarão Jesus no fogo do juízo, “quando do céu se manifestar o Senhor Jesus com os anjos do seu poder, em chama de fogo, tomando vingança contra os que não conhecem a Deus e contra os que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus” (2 Ts 1.7,8).

Por isso Paulo ficou tão irritado com o falso ensino na Galácia. Aquele era outro evangelho, e traria destruição eterna àqueles que o abraçassem. Isso explica suas palavras inigualáveis: “Mas, ainda que nós ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue evangelho que

vá além do que vos temos pregado, seja anátema” (Gl 1.8). Entender corretamente as boas novas sobre Jesus é uma questão de vida ou morte. É a mensagem “pela qual sois salvos” (1 Co 15.2).

SE A JUSTIÇA É MEDIANTE A LEI, CRISTO MORREU EM VÃO

Sendo assim, o assunto deste livro – a justificação pela fé, à parte das obras da lei – é sério. Há tanta coisa que depende dessa verdade quanto de qualquer outra verdade da Bíblia. “Se a justiça é mediante a lei, segue-se que morreu Cristo em vão” (Gl 2.21). E se Cristo morreu em vão, ainda estamos em nossos pecados, e aqueles que morreram em Cristo estão perdidos. Paulo invocou uma maldição sobre aqueles que apresentam um evangelho diferente, pois “todos quantos, pois, são das obras da lei estão debaixo de maldição” (Gl 3.10), e ele nos poupou dessa maldição. “De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei” (Gl 5.4). E se estamos desligados de Cristo, não há quem assuma nossa maldição, porque “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar” (Gl 3.13). Minha esperança é que a simples existência deste livro estimule a reflexão de muitos e promova o estudo sério e a pregação fiel do evangelho, que inclui as boas novas da justificação pela fé à parte das obras da lei (Rm 3.28; Gl 2.16).

N. T. WRIGHT

A minha convicção a respeito de N. T. Wright não é que ele esteja sob a maldição de Gálatas 1.8-9, mas que seu retrato do evangelho – e especialmente da doutrina da justificação – está tão desfigurado que fica difícil reconhecê-lo como bíblicamente fiel. Pode ser que, em sua própria mente e coração, Wright tenha uma compreensão clara e sólida do evangelho de Cristo e do sentido bíblico da justificação. Mas, em minha opinião, o que ele escreveu levará a um tipo de pregação que não anunciará claramente o que torna o se-

nhorio de Cristo boas novas para pecadores culpados, nem mostrará àqueles que estão esmagados pelo pecado como eles podem comparecer justificados diante de Deus.

Nicholas Thomas Wright é um estudioso inglês do Novo Testamento e bispo anglicano de Durham, na Inglaterra. Ele é uma mistura notável de erudição acadêmica de peso, liderança eclesial, envolvimento ecumênico, engajamento profético social, apologética cristã popular, talento musical e compromisso familiar.² Mesmo que este livro seja uma crítica ao entendimento que Wright possui do evangelho e da justificação, a seriedade e o escopo da obra são um testemunho da estatura de sua erudição e da extensão da sua influência. Sou grato pelo seu forte compromisso com as Escrituras como sua autoridade final, sua defesa e celebração da ressurreição do Filho de Deus, sua vindicação da divindade de Cristo, sua crença no nascimento virginal de Jesus, sua desaprovação bíblica da conduta homossexual e seu modo consistente de nos conduzir à visão do retrato maior do propósito universal de Deus para todos os povos por meio da aliança com Abraão – e ainda outras coisas. A minha esperança neste livro, ainda que mais remota, é que Wright possa ser influenciado a mudar um pouco seu pensamento sobre a justificação e o evangelho. Minha esperança menos remota é que ele possa esclarecer, em escritos futuros, alguns pontos sobre os quais tropecei. Porém, de modo mais otimista, espero que aqueles que refletirem sobre este livro e lerem N. T. Wright, leiam com um cuidado maior, um entendimento mais profundo e com menos inclinação para achar que a nova versão de Wright para a história da justificação é atraente.

“ESSE NEGÓCIO VAI DAR CERTO”

Pelos últimos trinta anos, Wright tem repensado e recontado a teologia do Novo Testamento. Ele se recorda de uma experiência, em meados da década de setenta, quando Romanos 10.3³ se tornou o ponto

² Uma abundância de informações sobre o Dr. Wright, bem como material escrito, em áudio e vídeo está disponível em <http://www.ntwrightpage.com>.

³ “Porquanto, desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não

de sustentação de uma forma profundamente nova de se considerar a teologia de Paulo. Ele estava tentando entender Paulo com base nos pontos de vista herdados da Reforma, mas não conseguia fazê-lo.

Eu estava lendo o comentário de Romanos de C. E. B. Cranfield e tentando enxergar como aquilo funcionaria com Gálatas, mas simplesmente não dava certo. Interessantemente, Cranfield não possui um comentário sobre Gálatas. Isso dificultou muito. Mas descobri, então – e isso foi em meados dos anos setenta, antes de E. P. Sanders ser publicado, antes de existir algo como uma “nova perspectiva” – que eu saí com essa interpretação de Romanos 10.3, que para mim é realmente o ponto de sustentação ao redor do qual tudo o mais se move: “desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria”.

Em outras palavras, o que temos aqui é um status de aliança destinado a judeus e a judeus somente. Lembro-me claramente de voltar para casa naquela noite, sentar-me na cama, ler todo o livro de Gálatas em grego, e pensar: “Dá certo. Realmente, dá certo. Esse negócio vai dar certo”. E depois, todo tipo de coisa simplesmente fluiu a partir daquilo.⁴

O que ele quer dizer com “esse negócio” é uma reconsideração de alto a baixo da teologia de Paulo em categorias profundamente diferentes do modo como a maioria das pessoas tem lido seu Novo Testamento nos últimos mil e quinhentos anos (ver capítulo 1, nota 6). Quando alguém se dedica a semelhante reconstrução total da teologia do Novo Testamento, os críticos precisam ser extremamente cuidadosos.

O trabalho deles é quase impossível de realizar. A tentação é ouvir uma alegação sobre a justificação ou sobre o evangelho que soa tão errada que um rápido ensaio contrastando a alegação “errada” com o ponto de vista tradicional parece ser uma resposta suficiente. É compreensível que Wright esteja cansado desse tipo de réplica.

se sujeitaram à que vem de Deus”.

4. Travis Tamerius, “An Interview with N. T. Wright”, *Reformation & Revival Journal* 11, n. 1 e 2 (Primavera e Verão de 2003). Disponível online em http://www.hornes.org/theologia/content/travis_tamerius/interview_with_n_t_wright.htm.

QUANDO PARADIGMAS GLOBAIS ENTRAM EM CHOQUE

Na reconstrução de Wright, contudo, ele deu nova forma às velhas definições e relações. Isso pode ou não significar que a velha realidade está perdida. Pode ou não significar que a nova forma de declarar algo é mais fiel à intenção dos apóstolos. Pode ou não significar que essa nova reconstrução será útil para a igreja. O que está claro, porém, é que a análise crítica desse tipo de reconstrução global exige um grande esforço de se entrar no globo e ver as coisas a partir dessa perspectiva. Quer tenha conseguido ou não fazer isso, eu tentei.

Todos nós usamos óculos coloridos – a maior parte das pessoas usa óculos coloridos pela tradição; outros usam óculos coloridos pela antitradição; e ainda outros usam óculos coloridos por nossa nova e emergente reconstrução da realidade. Não sei qual dessas maneiras de enxergar o mundo é mais sedutora. Pelo fato de que elas existem em graus diferentes, de uma época a outra, é provável que qualquer uma possa ser irresistível num determinado momento. Eu amo o evangelho e a justificação que tenho visto em meu estudo e pregação ao longo dos últimos quarenta anos. N. T. Wright ama o evangelho e a justificação que ele observou no mesmo período de tempo. Sou tentado a defender um ponto de vista no qual temos crido por séculos. A tentação de Wright é defender um ponto de vista por se ajustar muito bem à sua nova forma de enxergar o mundo. Tradições públicas e sistemas privados são ambos muito poderosos. Concor damos, contudo, que nem o conformismo a uma velha tradição nem o conformismo a um novo sistema é o juiz definitivo da verdade. As Escrituras o são. E nós dois somos encorajados pelo fato de que as Escrituras têm o poder de forçar a penetração de sua própria cor em qualquer lente humana.

O QUE ESTÁ POR TRÁS DESTES LIVROS?

Para aqueles que se perguntam o que Wright escreveu que causou uma resposta tão longa e séria como este livro, pode ser útil mencionar alguns temas que tentarei tratar. Esses temas são aquele tipo de coisa

que chama demais a atenção e que tentam os críticos a dizer, “Ele não pode estar falando sério”. Mas lembrem-se: o choque pode ser devido somente ao fato de que estamos, como Wright diria, enxergando as coisas da forma antiga e não da forma como ele as redefiniu. Por outro lado, pode ser mesmo que existam verdadeiros problemas.

O Evangelho Não Discorre sobre Como Podemos Ser Salvos?

Em primeiro lugar, é chocante ler não somente o que Wright diz que o evangelho é, mas o que ele diz que não é. Ele escreve, “O evangelho’ em si diz respeito à proclamação de que Jesus, o Messias crucificado e ressurreto, é o único e verdadeiro Senhor do mundo”.⁵ Para Paulo, essa proclamação imperativa era “que o Jesus de Nazaré crucificado tinha sido ressuscitado dos mortos; que, por meio disso, ele provou ser o Messias de Israel; que, por meio disso, foi empossado como Senhor do mundo”.⁶ Sim, essa é uma proclamação essencial do evangelho. Mas Wright também diz, “O evangelho’ não é um relato de como as pessoas são salvas”.⁷ “O evangelho de Paulo aos pagãos não era uma filosofia de vida, nem mesmo uma doutrina sobre como ser salvo”.⁸ “A minha proposta tem sido que ‘o evangelho’, para Paulo, não é uma mensagem sobre ‘como ser salvo’”.⁹ “O evangelho não é [...] um conjunto de técnicas para transformar as pessoas em cristãos”.¹⁰ “O evangelho’ não é um relato de como as pessoas são salvas. Ele é [...] a proclamação do senhorio de Jesus Cristo”.¹¹

5. N. T. Wright, “Paul in Different Perspectives: Palestra 1: Starting Points and Opening Reflections”, na Conferência de Pastores da Igreja Presbiteriana de Auburn Avenue, Monroe, Louisiana (3 de janeiro de 2005). Acessado em 11 de maio de 2007 em http://www.ntwrightpage.com/Wright_Auburn_Paul.htm.

6. N. T. Wright, *What Saint Paul Really Said* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1997), p. 46.

7. *Ibid.*, p. 133.

8. *Ibid.*, p. 90.

9. *Ibid.*, p. 60.

10. *Ibid.*, p. 153.

11. *Ibid.*, p. 133.

Essas são negações chocantes, tendo em vista 1 Coríntios 15.1, 2: “Irmãos, venho lembrar-vos *o evangelho* que vos anunciei [...] por ele também sois *salvos*”. Mas cuidado. Talvez isso só signifique que a salvação é um *resultado* de se crer no evangelho, e não que a mensagem do evangelho diga às pessoas como serem salvas. Talvez. Mas alguém pode se perguntar como a morte e ressurreição de Jesus poderiam soar como boas novas se tivesse passado a vida cometendo traição contra o Rei ressurreto. Parece que deveria ser explicado como a morte e ressurreição de Cristo de fato salvam pecadores, um vez que os pecadores devem ouvi-las como boas novas, e não como uma sentença de morte. Há muito mais a dizer (ver especialmente o capítulo 5). Eu estou apenas ilustrando os pontos de fusão.

A Justificação Não é Como Você se Torna Cristão?

Em segundo lugar, Wright afirma, “Justificação não é como alguém se torna cristão. É a declaração de que a pessoa tornou-se cristã”.¹² Ou novamente, “Justificação’, no primeiro século, não significava a maneira como alguém poderia estabelecer um relacionamento com Deus. Era a definição escatológica de Deus, futura e presente, de quem era, de fato, membro do Seu povo”.¹³ “[Justificação] não era tanto sobre ‘entrar’, ou mesmo sobre ‘permanecer’, quanto sobre ‘como apontar quem já estava lá’. Na linguagem teológica cristã clássica, não era tanto sobre soteriologia quanto sobre eclesiologia; não tanto sobre salvação quanto sobre a igreja”.¹⁴ Assim, o ato divino de justificação não nos faz cristãos nem estabelece o nosso relacionamento com Deus. Ele informa ou anuncia. “A palavra *dikaioō* [justificar], afinal, é uma palavra de declaração, que torna público que alguma coisa é verdade, em vez de ser uma palavra que faz algo acontecer ou que muda o modo de ser de alguma coisa”.¹⁵

12. N. T. Wright, *What Saint Paul Really Said* (Minneapolis: Fortress, 2005), p. 125.

13. *Ibid.*, p. 119.

14. *Ibid.*

15. N. T. Wright, “New Perspectives on Paul”, em *Justification in Perspective: Historical Developments and Contemporary Challenges*, ed. Bruce L. McCormack (Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2006), p. 258.

Isso é surpreendente, pois estamos acostumados a ler Romanos 5.1 como se a justificação tivesse, de fato, alterado o nosso relacionamento com Deus. “Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus, por meio de nosso Senhor Jesus Cristo”. Nós pensávamos que a justificação tinha produzido esse relacionamento fundamentalmente novo e de reconciliação com Deus (Para um debate adicional, ver especialmente o capítulo 6).

A Justificação Não é o Evangelho?

Em terceiro lugar, segue-se que Wright diria que a mensagem de justificação não é o evangelho. “Eu devo novamente enfatizar que a doutrina da justificação pela fé não é o que Paulo quer dizer com ‘o evangelho’”.¹⁶ “Se fôssemos até Paulo com essas perguntas em mente – perguntas sobre como os seres humanos entram num relacionamento vivo e salvífico com o Deus vivo e salvador – não seria justificação que ele diria ou escreveria. A mensagem sobre Jesus e sua cruz e ressurreição – ‘o evangelho’ [...] é anunciada a eles; por meio disso, Deus opera com seu Espírito no coração deles”.¹⁷

Isso é surpreendente diante do fato de que Paulo, em Antioquia da Pisídia, levou seu sermão a um clímax evangélico ao dizer, “Portanto, irmãos, que fique conhecido de vocês que mediante este homem o perdão dos pecados lhes é proclamado, e por meio dele, todo aquele que crê é justificado (δικαιοῦνται) de todas as coisas das quais vocês não podiam ser justificados (δικαιωθῆναι) pela lei de Moisés” (Atos 13.38,39, tradução do autor). Mais uma vez é difícil saber como a proclamação da cruz e da ressurreição poderia soar como boas novas para um pecador sem nenhuma explicação de que a pessoa é perdoada e justificada diante de Deus por meio da fé (Ver mais no capítulo 6).

Nós Não Somos Justificados por Crer na Justificação?

Em quarto lugar, parte da implicação do que Wright afirmou até aqui é que não somos justificados por crer na justificação pela fé,

16. Wright, *What Saint Paul Really Said*, p. 132.

17. *Ibid.*, p. 116.

mas por crer em Jesus: “Nós não somos justificados pela fé por crer na justificação pela fé. Somos justificados pela fé por crer no evangelho em si – em outras palavras, que Jesus é Senhor e que Deus o ressuscitou dos mortos”.¹⁸ Isso parece correto. É claro que nós não somos salvos pela doutrina. Somos salvos por Cristo. Mas isso também é enganoso, pois deixa o significado de “crer no evangelho” sem explicação. Crer no evangelho para quê? Para alcançar prosperidade? Cura? Um novo emprego? Se nós vamos ajudar as pessoas a crerem no evangelho de modo salvífico (não como creem os demônios, ou como creu Simão, o mágico – Tiago 2.19; Atos 8.13, 21-23), temos que proclamar as boas novas de que Cristo morreu *por elas*; isto é, temos que proclamar por que essa morte e ressurreição são boas novas *para elas*.

Há mais de uma forma de dizer isso. Muitas pessoas foram salvas sem ouvir a palavra justificação. O mesmo é verdade no que diz respeito às palavras e realidades de “regeneração”, “propiciação”, “redenção”, “reconciliação” e “perdão”. Um recém-convertido não precisa entender todas as coisas gloriosas que lhe aconteceram a fim de ser salvo. Mas todas essas coisas precisam acontecer com ele. E se, após ouvir sobre elas, ele chegar a uma firme convicção de que não irá confiar em Cristo para nenhuma delas, há uma grande dúvida sobre sua salvação. Portanto, é enganoso dizer que não somos salvos por crer na justificação pela fé. Se ouvirmos essa parte do evangelho e nos lançarmos sobre Deus para obter esse dom divino, seremos salvos. Se ouvirmos essa parte do evangelho e a rejeitarmos, não seremos salvos, mesmo que tentemos receber a Cristo em outros termos (Há mais sobre isso no capítulo 5).

A Imputação da Justiça do Próprio Deus Não Faz Sentido Algum?

Em quinto lugar, na construção que Wright faz da teologia de Paulo, parece não haver lugar algum para a imputação da justiça divina a pecadores.

Se usarmos a linguagem do tribunal de justiça, não faz

18. Wright, “New Perspectives on Paul”, p. 261.

sentido algum dizer que o juiz imputa, concede, transmite, comunica ou transfere, de qualquer outro modo, sua justiça, seja ao querelante seja ao acusado. Justiça não é um objeto, uma substância ou um gás que pode ser passado ao longo da sala do tribunal [...] Se e quando Deus realmente agir para vindicar seu povo, seu povo terá, falando de modo metafórico, o status de ‘justiça’ [...] Mas a justiça que eles terão não será a justiça do próprio Deus . Isso não faz sentido algum.¹⁹

Wright, porém, objetaria que, se pararmos aqui, estaremos nos ocupando com minúcias de palavras e perdendo o essencial. Com suas novas definições e relações, ele crê que preservou a essência do que os teólogos da Reforma queriam dizer com imputação:

O papel [de Jesus] precisamente como Messias é nada menos que unir a identidade de todo o povo de Deus, de modo que o que é verdade sobre ele também seja verdade sobre eles, e vice-versa. Chegamos aqui a uma das grandes verdades do evangelho, que a obra perfeita de Jesus Cristo é *imputada* a todos que estão “nele”. Esta é a verdade expressa na tradição reformada em termos da “justiça imputada”, frequentemente afirmada com relação a Jesus Cristo ter cumprido a lei moral e acumulado dessa forma um status “justo” que pode ser compartilhado com todo o seu povo. Assim como acontece com outros problemas teológicos, eu entendo isso como afirmar algo substancialmente correto de um modo substancialmente errado, e o problema quando alguém faz isso é que as coisas dos dois lados da equação e as passagens invocadas para apoiá-las ficam distorcidas.²⁰

Eu não creio que esse seja o caso. Mas guardaremos o debate para o capítulo 8.

19. Wright, *What Saint Paul Really Said*, p. 98-99.

20. Wright, “Paul in Different Perspectives: Palestra 1.” Grifo do autor.

A Base da Justificação Futura é o Desempenho ao Longo de Toda a Vida?

Em sexto lugar, Wright faz declarações assustadoras com o sentido de que a nossa justificação futura se baseará em obras. “O Espírito é o caminho pelo qual Paulo traça o curso da justificação pela fé no presente até a justificação, *pelo desempenho ao longo de toda a vida*, no futuro”.²¹ “Paulo falou [...] em Romanos 2 sobre a justificação final do povo de Deus *com base na totalidade da vida deles*”.²² “A justificação presente declara, com base na fé, aquilo que a justificação futura afirmará publicamente (de acordo com [Rm] 2.14-16 e 8.9-11) com base na vida inteira”.²³ O que ele se refere à “justificação por obras” futura é visto na seguinte citação:

Essa declaração, essa vindicação, ocorre duas vezes. Ela ocorre no futuro, como temos visto, *com base na vida inteira que uma pessoa tenha vivido no poder do Espírito* – a saber, ela ocorre *com base nas “obras”*, no sentido redefinido de Paulo. E, aproximando-se do centro da teologia de Paulo, ela ocorre no presente como *uma antecipação daquele veredito futuro*, quando alguém, respondendo em fiel obediência ao chamado do evangelho, crê que Jesus é Senhor e que Deus o ressuscitou dos mortos.²⁴

Mais uma vez, cuidado para não pensar que isso significa o que você acha que significa. Lembre-se de que Wright redefiniu “justificação”. Ela não é aquilo que faz de você um cristão, ou aquilo que o salva. Portanto, pode ser que Wright aqui não queira dizer nada mais do que eu talvez diga ao afirmar que as nossas boas obras são a evidência necessária da fé em Cristo, no último dia. Talvez. Mas a questão não é tão simples assim (Voltarei a esse assunto no capítulo 7).

21. Wright, *Paul in Fresh Perspective*, p. 148. Grifo nosso.

22. *Ibid.*, p 121. Grifo nosso.

23. Wright, *What Saint Paul Really Said*, p. 129. Grifo nosso.

24. Wright, “*New Perspectives on Paul*”, p. 260. Primeiros dois grifos nossos.

O Judaísmo do Primeiro Século não Tem Nada do Legalismo Supostamente Farisaico e Jactancioso?

Em sétimo lugar, Wright segue a divisa da Nova Perspectiva que afirma que Paulo não está se opondo à “legalista justiça das obras” em suas igrejas. Os alertas contra depender da lei não são contra o legalismo, mas contra o etnocentrismo. Wright não é de forma alguma um erudito estereotipado da Nova Perspectiva, e segue seu próprio caminho em muitas frentes. Mas ele segue a alegação fundamental da Nova Perspectiva sobre Paulo, conforme articulada por E. P. Sanders:

O ponto principal [de Sanders], ao qual tudo o mais é subserviente, pode ser explicado de modo bem simples. O judaísmo nos dias de Paulo não era uma religião de justiça legalista baseada em obras, como geralmente se supõe. Se imaginarmos que o judaísmo era isso, e que Paulo estava atacando o judaísmo como tal, faremos grande violência a ambos... O judeu guarda a lei por gratidão, como a resposta apropriada à graça – em outras palavras, não a fim de participar do povo da aliança, mas para permanecer nele. A “inclusão”, em primeiro lugar, era dom de Deus. Sanders rotulou esse esquema famosamente como “nomismo da aliança” (da palavra grega *nomos*, lei).²⁵

Por exemplo, quando Wright fez sua própria pesquisa sobre o pensamento da seita de Qumran representada em 4QMMT, concluiu que esses documentos “não revelam nada do ‘legalismo’ farisaico e jactancioso normalmente considerado característica dos judeus nos dias de Paulo”.²⁶ Nos capítulos 9 e 10, eu examinarei se 4QMMT apoia essa opinião. Mais importante, tentarei desenterrar as implicações do fato de que existe uma raiz comum

25. Wright, *What Saint Paul Really Said*, p. 18-19.

26. N. T. Wright, “4QMMT and Paul: Justification, ‘Works’, and Eschatology”, em *History and Exegesis: New Testament Essays in Honor of Dr. E. Earle Ellis for His 80th Birthday*, ed. Aang-Won (Aaron) Son (Nova Iorque e Londres: T&T Clark, 2006), p. 106.

de justiça própria por baixo tanto do legalismo evidente quanto do etnocentrismo judaico. Havia algo *condenável* na controvérsia gálata (Gl 1.8,9). Se era o etnocentrismo, é difícil acreditar que os etnocentristas destinados ao inferno estavam “guardando a lei por gratidão, como uma resposta apropriada à graça”. Mas, novamente, terei muito mais a dizer sobre isso nos capítulos 9 e 10.

A Justiça de Deus é o Mesmo que Sua Fidelidade à Aliança?

Em oitavo lugar, mencionarei mais um ponto que considero que *deveria* ser alarmante, porém não é mais. Wright geralmente entende “a justiça de Deus” como se significasse a “fidelidade de Deus à aliança”. Ela inclui “sua imparcialidade, seu lidar apropriado com o pecado e seu socorro ao desamparado”.²⁷ Mas, principalmente, é “sua fidelidade às suas promessas da aliança com Abraão”.²⁸ Eu sustentarei, no capítulo 3, que essas descrições são muito superficiais. Elas denotam algumas coisas que a justiça realiza, mas não vão fundo o suficiente para chegar até à raiz comum por trás desses comportamentos quanto ao que a justiça de Deus é. Quando Paulo diz “Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos *justiça de Deus*” (2 Co 5.21), é preciso assassinar a exegese para fazer com que isso signifique “nós nos tornamos *a fidelidade de Deus à aliança*”. Isso é exatamente o que faz Wright – em um dos artigos mais extravagantes de toda a sua obra.²⁹ O capítulo 11 é a minha tentativa de mostrar que essa reinterpretação sem precedentes de 2 Coríntios 5.21 não se sustenta.

O FUTURO DA JUSTIFICAÇÃO

Por essas oito razões, e outras que surgirão pelo caminho, eu não

27. N. T. Wright, *The Climax of the Covenant: Christ and the Law in Pauline Theology* (Edinburgh: T&T Clark, 1991), p. 36.

28. *Ibid.*

29. N. T. Wright, “On Becoming the Righteousness of God”, em *Pauline Theology*, vol. II: 1 & 2 Corinthians, ed. David M. Hay (Minneapolis: Fortress, 1993), p. 203.

estou otimista que a doutrina bíblica da justificação florescerá onde o retrato feito por N. T. Wright estiver pendurado. Eu não vejo que sua visão seja uma nova versão atrativa do que São Paulo realmente disse. E penso que, do jeito que está agora, ela trará grande confusão à igreja quanto a um ponto que ela desesperadamente precisa de clareza. Não penso que essa confusão seja a poeira necessária que precisa baixar quando grandes e novas descobertas acontecem. Em vez disso, se estou fazendo uma leitura correta da situação, a confusão se deve às ambiguidades nas palavras do próprio Wright e ao fato de que, diferentemente do tratamento que dá a alguns assuntos, seu paradigma para a justificação não se ajusta bem à leitura comum de muitos textos, e deixa muitas pessoas comuns sem a experiência recompensadora e esclarecedora da iluminação, mas com um senso paralisante de perplexidade.³⁰

30. Eu não estou inferindo que a visão deficiente de Wright quanto à justificação signifique que ele mesmo não seja justificado. Jonathan Edwards e John Owen deixaram um bom conselho quanto a isso, mesmo que os debates da época deles tenham sido diferentes dos nossos. Edwards escreveu, durante uma de suas controvérsias:

Até que ponto uma ação maravilhosa e misteriosa do Espírito de Deus pode influenciar tanto o coração de alguns homens, de modo que a prática deles nesse assunto possa ser contrária a seus próprios princípios, para que eles não confiem em sua própria justiça, ainda que professem que os homens são justificados por sua própria justiça – ou até que ponto eles podem crer na doutrina da justificação pela própria justiça dos homens em geral, e contudo não crerem nela quanto a uma aplicação específica dela para eles mesmos – ou até que ponto esse erro ao qual foram levados, pela educação que receberam ou pelo astuto sofisma de outros, pode ainda ser realmente contrário à disposição dominante do coração deles e contrário à sua prática – ou até que ponto algumas pessoas podem aparentar manter uma doutrina contrária a essa doutrina da justificação conforme o evangelho, que realmente não fazem nada a não ser expressarem-se diferentemente dos outros; ou parecem se opor a isso por meio do seu entendimento errado das nossas expressões, ou nós das deles, quando na verdade nossos reais sentimentos são, na maior parte, os mesmos – ou podem parecer diferir mais do que realmente diferem, pelo uso de termos que não possuem um significado precisamente fixo e determinado – ou para estarem afastados dessa doutrina em seus sentimentos, por falta de uma compreensão distinta dela; cujos corações, ao mesmo tempo, concordam totalmente com ela, e se uma vez que ela fosse claramente explicada ao entendimento deles, concordariam imediatamente com ela, e a aceitariam: até que ponto essas coisas podem acontecer, eu não vou determinar, mas estou plenamente convencido de que grandes concessões devem ser feitas para esses e tais relatos, em incontáveis casos; ainda que esteja claro, a partir do que foi dito, que o ensino e a propagação de doutrinas e esquemas completamente diferentes são de uma tendência pernicioso e fatal (Jonathan Edwards, “Justification by Faith Alone”, em *Sermons and Discourses, 1734-1738, The Works of Jonathan Edwards*, vol. 19 [New Haven, CT: Yale University Press, 2001], p. 242).

Owen escreveu: “Os homens podem ser realmente salvos por aquela graça que eles negam

Penso que os guias mais antigos farão um melhor serviço ao futuro da justificação do que os novos.³¹ Quando chegamos aos assuntos mais profundos de como a justificação realmente opera tanto nas Escrituras quanto na alma humana, não creio que N. T. Wright seja tão esclarecedor quanto Martinho Lutero, John Owen ou Leon Morris. Mas isso será demonstrado.

Encerro a introdução no ponto onde comecei. Já gastei demais da minha curta vida terrena para me importar muito com a gratificação pessoal de ganhar pontos em uma discussão. Eu ainda sou um pecador que depende de Cristo para minha justiça diante de Deus. Assim, sou bem capaz de temer e me orgulhar. Mas tenho a esperança de que, onde cometi erros, estarei disposto a admiti-los. Há coisas bem maiores em questão do que meu senso volúvel de gratificação ou pesar. Entre essas coisas maiores estão a pregação fiel do evangelho, o cuidado das almas dominadas pela culpa, o poder espiritual de atos sacrificiais de amor, a raiz do humilde envolvimento cristão político e social e a intrepidez das missões cristãs de confrontar todas as religiões do mundo com a supremacia de Cristo como o único meio de se escapar da ira vindoura. Quando o próprio evangelho é distorcido ou obscurecido, todo o resto é por fim afetado. Que nestes dias o Senhor nos ajude a ver a palavra da sua

na doutrina; e podem ser justificados pela imputação da justiça que, ao parecer deles, eles negam que seja imputada”. Porém, eu acrescentaria: quanto mais claro o conhecimento da verdade e quanto mais profunda a negação, menos segurança alguém pode ter de que o Deus da verdade o salvará. As palavras de Owen não têm por propósito nos tornar lenientes com o conteúdo do evangelho, mas sustentar a esperança de que os corações dos homens sejam frequentemente melhores que sua cabeça. John Owen, *The Doctrine of Justification by Faith*, capítulo VII, “Imputation, and the Nature of It”, *Banner of Truth, Works*, vol. 5, 163-164.

31. Em uma sóbria resenha de Mark A. Noll e Carolyn Nystrom, *Is The Reformation Over? An Evangelical Assessment of Contemporary Roman Catholicism*, Scott Manetsch sabiamente escreve, “Agora, mais do que nunca, há uma necessidade urgente dos protestantes evangélicos da América do Norte “protestarem” contra a superficialidade teológica, evitarem a busca cultural por modismos e o presentismo míope, e recuperarem suas raízes históricas, não somente nos despertamentos religiosos da América colonial, mas nos movimentos cristãos de renovação da Europa do século dezesseis. Os evangélicos que fazem essa viagem a Wittenberg e Genebra, a Zurique, Edimburgo e Londres, descobrirão um mundo de profunda percepção bíblica e teológica, um rico depósito de sabedoria prática, um presente dado por Deus à sua igreja para a vida e o ministério no século vinte”. Scott Manetsch, “Discerning the Divide: A Review Article”, em *Trinity Journal*, 28NS (2007): p. 62-63.

graça com clareza, saborear dela com um zelo humilde e santo, e propagá-la sem parcialidade para que milhões possam crer e ser salvos, para o louvor da glória da graça de Deus.



A RESPEITO DAS CONTROVÉRSIAS

EM PRIMEIRO LUGAR, SOU UM PASTOR. Polêmicas são secundárias e servem ao meu pastorado. Parte da nossa responsabilidade pastoral é aquilo que Paulo chama de “defesa e confirmação do evangelho” (Fp 1.7). Virtualmente, todas as cartas de Paulo servem à igreja, esclarecendo e defendendo a verdade doutrinária e suas implicações práticas.

A razão pela qual entrei em debate com N. T. Wright e não, digamos, J. D. G. Dunn ou E. P. Sanders (todos eles notáveis por seu relacionamento com a assim chamada Nova Perspectiva sobre Paulo) é que nenhum dos meus paroquianos veio a mim com uma grossa cópia de um livro de Dunn ou Sanders perguntando-me o que eu achava deles. Mas Wright é um escritor popular e atraente, bem como um erudito rigoroso. Portanto, ele exerce uma influência significativa, tanto no meio acadêmico quanto entre o público mais amplo. Se estiver errado no assunto da justificação, ele pode causar mais mal que outras pessoas. Além disso, Wright ama o apóstolo Paulo e tem reverência pelas Escrituras cristãs. Isso me dá a esperança de que envolver-me com ele será algo frutífero. Sei que aprendi com ele, e espero que nossa concordância nas Escrituras possibilite algum progresso rumo ao entendimento e ao acordo.

COMO, ENTÃO, DEVEMOS CONDUZIR A CONTROVÉRSIA?

Em seu ensaio “Polemic Theology: How to Deal with Those Who Differ from Us” (Teologia Polêmica: Como Lidar com Aqueles que Discordam de Nós), Roger Nicole começa dizendo,

Nós somos chamados pelo Senhor para combater intensamente pela fé (Judas 3). Isso não envolve necessariamente ser contencioso; mas envolve evitar o meio-termo, tomar posição por aquilo em que cremos, tomar posição pela verdade de Deus – sem voltar atrás em nenhum momento específico.¹

Quando estamos discutindo sobre o significado do evangelho, é importante fazê-lo “segundo a verdade do evangelho” (Gl 2.14). Se aqueles que acreditam na Bíblia irão discordar sobre o significado da Bíblia, devemos tentar fazê-lo de modo bíblico. Para isso, proponho os seguintes estímulos.²

PALAVRAS SÁBIAS DE TEMPOS ANTIGOS

Em 1655, John Owen publicou *The Mystery of the Gospel Vindicated and Socianism Examined* (O Mistério do Evangelho Defendido e o Socianismo Examinado). A obra contém uma das minhas exortações favoritas, a saber, que “temos comunhão com Deus na doutrina pela qual lutamos”. Em outras palavras, discutir pela verdade de Deus nunca deveria substituir o desfrute do Deus da verdade.

[Mais importante que tudo é] um empenho diligente para possuir o poder das verdades professadas e disputadas habitando em nosso coração, para que possamos lutar, não por teorias, mas para que tenhamos uma familiaridade prática dentro de nossa própria alma. Quando, de fato, o coração é jogado no molde da doutrina que a mente recebe – quando a evidência e a necessidade da verdade habitam em nós – quando o sentido das palavras não somente em nossa cabeça, mas quando o sentido do assunto habita em nosso

1. Roger Nicole, “Polemic Theology: How to Deal with Those Who Differ from Us”, <http://www.funders.org/FJ33/articles3.html>.

2. O que segue não é novo. As declarações mais completas que fiz sobre a controvérsia entre cristãos podem ser encontradas em “Charity, Clarity, and Hope: The Controversy and the Cause of Christ”, em *Recovering Biblical Manhood and Womanhood: A Response to Evangelical Feminism*, ed. John Piper e Wayne Grudem (Wheaton, IL: Crossway Books, 1991; 2006), p. 403-422, e *Contending for Our All: Defending Truth and Treasuring Christ in the Lives of Athanasius, John Owen, and J. Gresham Machen* (Wheaton, IL: Crossway Books, 2006), especialmente a introdução e a conclusão.

coração – quando temos comunhão com Deus na doutrina pela qual lutamos – seremos, então, guarnecidos pela graça de Deus contra todos os ataques dos homens.³

Mas será que isso é realmente necessário? Devemos nós lutar? Não podemos ser simplesmente positivos, em vez de tentar mostrar que os outros estão errados? Em 17 de junho de 1932, J. Gresham Machen proferiu um discurso diante da Bible League of Great Britain (Aliança Bíblica da Grã-Bretanha), em Londres, chamado “Christian Scholarship and the Defense of the Faith” (A Erudição Bíblica e a Defesa da Fé). Nele, Machen disse,

Os homens dizem que a nossa pregação deveria ser positiva e não negativa, que podemos pregar a verdade sem atacar o erro. Se seguirmos, porém, esse conselho, teremos que fechar a nossa Bíblia e abandonar seus ensinamentos. O Novo Testamento é um livro polêmico quase que do começo ao fim.

Alguns anos atrás, eu fazia parte de uma associação de professores da Bíblia nas faculdades e em outras instituições educacionais da América. Um dos professores teológicos de maior destaque do país fez um discurso no qual admitiu que há controvérsias infelizes sobre doutrina nas epístolas de Paulo; mas, disse ele, de fato, a verdadeira essência do ensino de Paulo é encontrada no hino ao amor cristão do capítulo treze de 1 Coríntios; e hoje nós podemos evitar a controvérsia, se tão somente dedicarmos nossa atenção principal a esse hino inspirador.

Em resposta, sou inclinado a dizer que o exemplo foi especialmente mal escolhido. Esse hino ao amor cristão está no meio de uma grande passagem polêmica; ele nunca seria escrito se Paulo fosse contra a controvérsia com o erro na igreja. Foi por sua alma estar tão perturbada por um uso errado dos dons espirituais que ele foi capaz de escrever aquele hino glorioso. É sempre assim na igreja. É quase possível afirmar que toda declaração cristã realmente

3. John Owen, *Vindiciae Evangelicae*; ou *The Mystery of the Gospel Vindicated and Socinianism Examined*, vol. 12, *The Works of John Owen*, ed. William Goold (Edimburgo: Banner of Truth, 1966), p. 52.

grande nasceu da controvérsia. Foi quando os homens se sentiram levados a tomar posição contra o erro que eles realmente chegaram às alturas na celebração da verdade.⁴

Machen também nos lembra que não somente as alturas da celebração na verdade, mas também a salvação das almas pode bem surgir da controvérsia pela causa do evangelho:

Durante o ano acadêmico, 1924 a 1925, aconteceu algo semelhante a um despertar. A juventude começou a pensar por si mesma; o mal das associações que levam a concessões foi descoberto; o heroísmo cristão diante da oposição se tornou novamente algo aceitável; provocou-se um novo interesse nas questões históricas e filosóficas que subjazem à religião cristã; convicções verdadeiras e independentes tomaram forma. Em outras palavras, a controvérsia resultou em um progresso intelectual e espiritual surpreendente. Alguns de nós veem claramente em tudo isso a obra do Espírito de Deus... A controvérsia do tipo certo é boa, pois desse tipo de controvérsia surge a salvação de almas, como demonstram a história da Igreja e as Escrituras.⁵

ANSIANDO PELO DIA DA UNIDADE NA VERDADE

A dura e triste verdade dos nossos dias, e de cada dia, é que os cristãos frequentemente discordam uns dos outros – às vezes com respeito a assuntos sérios.⁶ Portanto, alegramo-nos que seja o próprio Deus que irá cumprir seu plano para a igreja: “o meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade” (Is 46.10). Somos encorajados no fato de que, apesar de termos nossos pontos cegos, de fazermos mal feito o que fazemos e da nossa desobediência, Deus triunfará

4. J. Gresham Machen, “Christian Scholarship and the Defense of the Faith”, em J. Gresham Machen: Selected Shorter Writings, ed. D. G. Hart (Phillipsburg, NJ: P&R, 2004), 148-149.

5. J. Gresham Machen, What is Faith? (1925; reimpressão Edimburgo: Banner of Truth, 1991), p. 42-43.

6. Essa frase e o restante dessa nota sobre controvérsias foram adaptadas da Conclusão de Contending for Our All (citado na nota 35).

sobre a terra: “Lembrar-se-ão do SENHOR e a ele se converterão os confins da terra; perante ele se prostrarão todas as famílias das nações. Pois do SENHOR é o reino, é ele quem governa as nações” (Sl 22.27,28).

Contudo, um dos gemidos desta época caída é a controvérsia, e o que é mais doloroso: a controvérsia entre irmãos e irmãs em Cristo. Nossa voz ressoa com a do apóstolo Paulo – a nossa alegria seria completa se pudéssemos todos “pensar a mesma coisa, ter o mesmo amor, ser unidos de alma, tendo o mesmo sentimento” (Fp 2.2). Mas com todo seu amor pela harmonia, unidade e paz, é notável o número de cartas de Paulo que foram escritas para corrigir outros cristãos. Pensamos em 1 Coríntios. Ela começa com a gratidão de Paulo (1.4) e termina com seu amor (16.24). Mas entre esses dois versículos ele luta para corrigir os coríntios em seu pensamento e conduta.⁷

O Novo Testamento inteiro pressupõe que devemos lutar pela paz. A paz e a unidade no corpo de Cristo são muitíssimo preciosas. “Oh! Como é bom e agradável viverem unidos os irmãos!” (Sl 133.1). “Busque a paz e empenhe-se por alcançá-la” (1 Pe 3.11). “Assim, pois, seguimos as coisas da paz e também as da edificação de uns para com os outros” (Rm 14.19). Mas, igualmente está claro que devemos buscar a paz lutando para chegarmos a um acordo na verdade. “A sabedoria, porém, lá do alto é, primeiramente, pura; depois, pacífica” (Tiago 3.17). Ela é primeiramente pura. A paz não está em primeiro lugar. Ela é derivada. Ela procede de uma concordância sincera na verdade.

Por exemplo, Paulo nos diz que coloquemos a nossa mente no que é verdadeiro, honroso e justo; e o Deus da paz estará conosco (Fp 4.8,9). A paz é um subproduto maravilhoso de compromissos sinceros com o que é verdadeiro e correto. Hebreus fala do “fruto pacífico de justiça” (12.11). Paulo manda Timóteo “seguir

7. Ele estava lidando com o perigo de jactar-se dos líderes (1.10-3.23), os limites da liberdade sexual (5.1-8), a extensão da verdadeira separação (5.9-13), o lidar apropriado com ações judiciais (6.1-8), a excelência das relações sexuais no casamento (7.1-16), a natureza da liberdade cristã (8.1-13), o comportamento apropriado para homens e mulheres na adoração (11.2-16), como comportar-se na Ceia do Senhor (11.17-34), o uso dos dons espirituais (cap. 12-14) e a natureza e realidade da ressurreição (cap. 15).

a justiça... e a paz” (2 Tm 2.22). A unidade pela qual lutamos na igreja é uma unidade no conhecimento, na verdade e na justiça. Nós crescemos no corpo “bem ajustado e consolidado pelo auxílio de toda junta” conforme alcançamos “a unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus” (Ef 4.13,16). “Graça e paz” nos são multiplicadas “no conhecimento de Deus e de Jesus, nosso Senhor” (2 Pe 1.2). E, paradoxalmente, o armamento com o qual guerreamos pelo “evangelho da paz” começa com o cinto da verdade (Ef 6.14,15) e termina com a “espada do Espírito”, a Palavra de Deus (6.17).

POR QUE A VERDADEIRA UNIDADE FLUI DA VERDADE

O motivo para isso é que a verdade nos liberta do controle de Satanás, o grande enganador e destruidor da unidade: “e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8.32; cf. 2 Tm 2.24-26). A verdade é serva do amor, o vínculo da perfeição. Paulo ora pelos Filipenses para “que o vosso amor aumente mais e mais em pleno conhecimento e toda a percepção” (Fp 1.9). A verdade santifica, produzindo assim a justiça, cujo fruto é a paz: “Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade” (João 17.17; cf. 2 Pe 1.3,5,12).

Por amor à unidade e à paz, portanto, Paulo se esforça para corrigir as igrejas em muitas questões – incluindo bem poucas que não envolvem heresias em si mesmas. Ele não exclui a controvérsia dos seus escritos pastorais. E ele não se limita a envolver-se em controvérsias sobre doutrinas mais importantes, nas quais existe a ameaça da heresia. Ele é como um pai para suas igrejas. Os pais não corrigem e disciplinam seus filhos somente por delitos graves. Os bons pais desejam que seus filhos cresçam em toda a bondade e cortesia da idade adulta madura. E como o tecido da verdade não apresenta costuras, Paulo sabe que deixar que fios menores continuem desfiando pode, por fim, rasgar toda a peça de roupa.

Dessa forma, Paulo ensina que os presbíteros servem à igreja, de um lado, cuidando dela sem serem brigões (1 Tm 3.3,5), e, do outro

lado, repreendendo e corrigindo os falsos mestres. O presbítero deve ser “apegado à palavra fiel, que é segundo a doutrina, de modo que tenha poder tanto para exortar pelo reto ensino como para convencer os que o contradizem” (Tito 1.9; cf. 1.13; 2.15; 1 Tm 5.20). Este é um dos principais motivos que temos nas Escrituras: elas são úteis “para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça” (2 Tm 3.16).

“NÓS NOS RECOMENDAMOS PELA DECLARAÇÃO PÚBLICA DA VERDADE”

Os cristãos fiéis não amam a controvérsia; eles amam a paz. Eles amam seus irmãos e irmãs que discordam deles. Eles anseiam por um pensamento em comum pela causa de Cristo. Mas é exatamente por essa razão que eles são constrangidos por sua consciência e pela Palavra de Deus a persuadirem a igreja com relação à plenitude da verdade e beleza da Palavra de Deus.

Vivemos em uma época de um discurso politizado que não dá valor algum a declarações transparentes. Alguns usam a linguagem para esconder sua posição em vez de expô-la. Uma razão para isso acontecer é que declarações transparentes e abertas normalmente resultam em mais críticas do que afirmações ambíguas. Em uma atmosfera hostil, a imprecisão ganhará mais aprovação do que a sinceridade.

Mas nós não queremos ter nada a ver com essa atitude. Jesus recusou-se a conversar com líderes religiosos que forjavam suas respostas a fim de esconder o que pensavam (Mc 11.33). O nosso objetivo (se não a nossa realização) é sempre sermos como Paulo, quando disse “rejeitamos as coisas que, por vergonhosas, se ocultam, não andando com astúcia, nem adulterando a palavra de Deus; antes, nos recomendamos à consciência de todo homem, na presença de Deus, pela manifestação da verdade” (2 Co 4.2).⁸

8. Estes parágrafos finais baseiam-se no que escrevi anteriormente em “Clarity, Charity, and Hope”, p. 404-406.

